



3. Memoria del Saqueo de Fernando "Pino" Solanas

Monica da Costa Santana [*]

Na Argentina o período da ditadura militar foi marcado pela repressão e decadência econômica. Durante aproximadamente 17 anos a população sofreu as consequências de uma política voltada para o mercado externo e às grandes corporações estrangeiras. Após o fim da ditadura, em 1983, os sucessivos governos que assumiram a Casa Rosada realizaram políticas econômicas desfavoráveis ao crescimento do país, em benefício da acumulação de fortunas pessoais e do desenvolvimento das multinacionais. A população, cada vez mais miserável, saiu às ruas para protestar e exigir mudanças. Cenas como essa iriam se repetir nos governos desde Raul Alfonsín ao de Fernando De la Rúa e foram registradas no documentário Memoria del saqueo (genocídio social), produzido por Fernando “Pino” Solanas.

Solanas nasceu em 1936, na Argentina, cursou direito, teatro e música. A militância política sempre esteve ligada a suas atividades artísticas. Em 1993 foi eleito deputado pela Província de Buenos Aires. Entre seus principais trabalhos estão Los Hijos de Fierro (1975), La mirada de los otros (1980), Tangos... El Exilio de Gardel (1985) e Memoria del saqueo (2004). Com este último Solanas ganhou vários prêmios, a exemplo do Urso de Ouro em Berlim. O filme, produzido em 2004, narra a trajetória político-econômica da Argentina durante os governos de Raul Alfonsín (1983-1989), passando pelo período presidido por Carlos Saul Menem (1989-1999), chegando ao governo de Fernando De la Rúa (1999-2001).

De acordo com o diretor, a democracia retorna ao contexto político da Argentina nas mãos do radical Raul Alfonsín. Com um discurso socialdemocrata, Alfonsín promete lutar contra a pobreza e defender os direitos humanos. O presidente eleito defende uma política independente dos grupos financeiros internacionais e dos grupos locais. Porém, o Estado estava falido e administrá-lo se tornou um desafio mais complexo.

Em 1985 Alfonsín adotou uma drástica política econômica, chamada de “Plano Austral” o que significava a substituição o peso argentino por uma nova moeda, austral. O objetivo do mandatário argentino era estancar a explosão inflacionária, buscando reformas estruturais da economia[1]. Conforme Solanas, os recursos públicos, mais uma vez, seriam transferidos para os bancos e corporações privados.

A partir desse momento, Raul Alfonsín passa a agir de forma dúbia. Se por um lado promete investigar as transações ilícitas que levaram o país ao endividamento, por outro, pede ao presidente do Banco Central que a legitime. Assim, pretendeu resolver os problemas da inflação e da dívida externa e ao mesmo tempo ampliar as reformas estruturais que envolveram com maior ou menor intensidade a agricultura, a indústria, o sistema financeiro e as empresas estatais[2].



Diversos militares que atuaram na ditadura, no período de 1966 a 1983, foram levados a julgamento durante o governo de Alfonsín. No entanto, leis como as “Leis de Obediência Devida” exoneraram os crimes cometidos por esses militares. Inconformados com essas leis, em 1987 oficiais rebeldes chamados de “caras pintadas” se insurgiram em protesto contra as manobras políticas de Alfonsín.

“Já estamos fartos desses ditadores!”, grita um senhor argentino diante do turbulento protesto em meio aos oficiais. O presidente contém os rebeldes, mas a crise se intensifica no país. A hiperinflação causa saques em supermercados e Alfonsín decide renunciar em 1989, seis meses antes do término de seu mandato.

Seu sucessor, o neo-peronista Carlos Saul Menem, chega ao poder depois de ter governado diversas vezes a província de La Rioja que, segundo “Pino”, era uma das mais pobres da Argentina. Menem promete realizar a Revolução Produtiva, aumentar os salários e lutar pelos argentinos pobres.

As promessas reformistas de Menem são abandonadas ao longo de seu mandato. Para Solanas, o presidente governou privilegiando uma minoria liberal conservadora, liderada por Álvaro Alsogaray, um antigo oficial golpista. Desta forma, Carlos Menem traía seus eleitores. Ainda segundo Solanas, o presidente neo-peronista impõe a ideologia da derrota frente ao modelo global, concede anistia aos líderes da ditadura, abandona o anti-imperialismo popular e estabelece estreitas relações com os Estados Unidos, adotando uma política dedicada ao Banco Mundial e ao FMI.

Junto com Menem, vários líderes da diligência político-sindical traem a nação ao abdicarem dos duros anos de resistência para aceitar indenizações ou associações com grupos privados. Enquanto Menem dançava tango em seu luxuoso salão de festas, o povo argentino passava fome e sofria com o desemprego. Contando com o apoio do Tribunal de Justiça, do partido neo-peronista e das grandes corporações internacionais, o mandatário argentino detinha em suas mãos um poder inquestionável.

Durante seu governo, importantes companhias estatais foram privatizadas por preços irrisórios, a exemplo da YPF e Gás del Estado, não importando quantos eram demitidos. Diante desse contexto de corrupção, fraude e mentiras, professores, aposentados, servidores do Estado, estudantes, trabalhadores e desempregados de todas as profissões, saem às ruas para protestar e entram em confronto com a polícia civil.

Em reação aos manifestos, o governo lança o “Plano de Convertibilidade”, o principal objetivo desse plano é abrir as importações do país. E assim, um peso equivaleria a um dólar. Como consequência imediata a inflação é reduzida, porém a indústria nacional ficaria indefesa ao concorrer com produtos estrangeiros.

Diante disso, a Argentina, antes um país exportador de produtos industriais e produtor de aproximadamente 95% do que era consumido no país, passava a importar carne, tecidos, laticínios, massas e tecidos. Apesar dos anos de aparente riqueza produzidos pelo modelo



econômico de Menem, a dívida externa se tornava impagável e a população menos privilegiada, continuava a sofrer com a miséria e desnutrição.

De acordo com Fernando Solanas, o desemprego tomou conta do país. Homens e mulheres perderam seus salários, benefícios e quase todo o direito ao seguro emprego. A única saída é recorrer a empregos temporários ou aos “bicos”. O país estava mergulhado no subdesenvolvimento.

Em 1993 Menem firmou um pacto com Alfonsín, no período de sua reeleição, em troca de uma reforma constitucional que incluísse novos estatutos e um terceiro senador que favorecesse o partido Radical. Definido como “Pacto de Olivos” ou pacto de bipartidismo, o trato teve como objetivo garantir a continuação do modelo político vigente.

Para Solanas, o Radicalismo e o Peronismo ficaram sem suas essências que tornaram possível a fundação de ambos e se tornaram uma organização que serviria para beneficiar a distribuição de cargos públicos, visando seus próprios privilégios. Durante os anos presididos por Carlos Menem, o tráfico de armas, os sequestros, os assassinatos e os roubos de veículos se tornaram frequentes na Argentina. Levado a julgamento, por suposto envolvimento com contrabando de armas, Menem foi absolvido pelo Supremo Tribunal.

Após o fim do governo Menem, a política empreendida por Fernando De la Rúa e seu vice Carlos Alvarez não traria mudanças significativas para a população argentina. O novo governo continuou com a política recessiva do FMI. Reduz os salários dos funcionários públicos e aumenta os impostos. De la Rúa governa a Argentina sob uma forte repressão contra o povo, que manifesta nas ruas a insatisfação com o atual governo.

O país estava falido e os responsáveis impunes. Trabalhadores agrícolas, aposentados, estudantes, inúmeras pessoas exigiam a renúncia do presidente De la Rúa. O governante argentino tentou conter, inutilmente, os protestos, que em 20 de dezembro de 2001 tomaram as ruas de todo o país. Neste mesmo ano, Fernando De la Rúa renuncia.

A Argentina, um dos países latino-americanos que despontava como uma possível futura potência mundial, enfrentava uma crise política, econômica e social devastadora. A fome, a miséria, o desemprego e uma dívida externa de aproximadamente 170 bilhões de dólares, transformavam o país em um campo de manifestações e panelaços. Após a queda de De la Rúa, em 2003, Néstor Kirchner é eleito presidente do país do tango. Com ele um novo capítulo da história argentina começa a ser escrito.

A película de “Pino” se restringe a documentar o contexto político da Argentina entre o período de 1983 a 2001. Dessa forma, o governo de Néstor Kirchner não é documentado. Para a produção do filme foram utilizados registros audiovisuais de acontecimentos que marcaram o país, a exemplo do panelaço que se estendeu pelas ruas e bairros de Buenos Aires em 19 de dezembro de 2001 em protesto ao bloqueio de capitais e a alta do desemprego.

Sob a narração de Solanas, Memoria del Saqueo nos apresenta um país debilitado nos âmbitos social e econômico. O diretor viaja por todo o país, vai à periferia, na qual entrevista donas de casa, desempregadas. Visita cidades como San Miguel de Tucumán que fica a 1200 km da



capital portenha. O objetivo de Solanas é mostrar o estado em de miséria que vive grande parte da população argentina. Além disso, com o intuito de tornar seu documentário legítimo e reforçar as acusações que faz ao governo de Alfonsín, Menem e De la Rúa, o diretor entrevista senadores justicialista, Luis Brunail, ex-deputado do “grupo de los 8”, grava depoimentos de jornalistas, a exemplo de Armando Vidal, cronista parlamentar do Clarín.

No grande centro econômico de Buenos Aires, a câmera de “Pino” registra em imagens coloridas, o interior dos bancos e empresas estatais que passaram por um processo, conforme Solanas, ilegítimo de privatização. A trilha sonora do documentário é composta pelas vozes de protesto da população, por músicas que criticam os parlamentares, insinuando as práticas intransigentes e corruptas de suas ações e músicas relatando a situação degradante dos niños argentinos.

Solanas, ao finalizar o documentário, admite que após tantas crises era difícil pensar que a realidade argentina poderia mudar. No entanto, os responsáveis pelas fraudes não foram os vencedores. Conclui Fernando Solanas que nem a ditadura, nem Menem e tampouco De la Rúa conseguiram consolidar seus projetos. Dessa forma, as perdas econômicas poderiam ser recuperadas, o neoliberalismo não foi capaz de destruir todas as riquezas do país. O povo argentino foi, para Solanas, o verdadeiro vencedor, o sobrevivente disposto a lutar para reconstituir a Argentina e junto com ela sua própria vida.

Na Argentina o período da ditadura militar foi marcado pela repressão e decadência econômica. Durante aproximadamente 17 anos a população sofreu as consequências de uma política voltada para o mercado externo e às grandes corporações estrangeiras. Após o fim da ditadura, em 1983, os sucessivos governos que assumiram a Casa Rosada realizaram políticas econômicas desfavoráveis ao crescimento do país, em benefício da acumulação de fortunas pessoais e do desenvolvimento das multinacionais. A população, cada vez mais miserável, saiu às ruas para protestar e exigir mudanças. Cenas como essa iriam se repetir nos governos desde Raul Alfonsín ao de Fernando De la Rúa e foram registradas no documentário Memoria del saqueo(genocídio social), produzido por Fernando “Pino” Solanas.

Solanas nasceu em 1936, na Argentina, cursou direito, teatro e música. A militância política sempre esteve ligada a suas atividades artísticas. Em 1993 foi eleito deputado pela Província de Buenos Aires. Entre seus principais trabalhos estão Los Hijos de Fierro (1975), La mirada de los otros (1980), Tangos... El Exilio de Gardel (1985) e Memoria del saqueo (2004). Com este último Solanas ganhou vários prêmios, a exemplo do Urso de Ouro em Berlim. O filme, produzido em 2004, narra a trajetória político-econômica da Argentina durante os governos de Raul Alfonsín (1983-1989), passando pelo período presidido por Carlos Saul Menem (1989-1999), chegando ao governo de Fernando De la Rúa (1999-2001).

De acordo com o diretor, a democracia retorna ao contexto político da Argentina nas mãos do radical Raul Alfonsín. Com um discurso socialdemocrata, Alfonsín promete lutar contra a pobreza e defender os direitos humanos. O presidente eleito defende uma política independente dos grupos financeiros internacionais e dos grupos locais. Porém, o Estado estava falido e administrá-lo se tornou um desafio mais complexo.



Em 1985 Alfonsín adotou uma drástica política econômica, chamada de “Plano Austral” o que significava a substituição o peso argentino por uma nova moeda, austral. O objetivo do mandatário argentino era estancar a explosão inflacionária, buscando reformas estruturais da economia[1]. Conforme Solanas, os recursos públicos, mais uma vez, seriam transferidos para os bancos e corporações privados.

A partir desse momento, Raul Alfonsín passa a agir de forma dúbia. Se por um lado promete investigar as transações ilícitas que levaram o país ao endividamento, por outro, pede ao presidente do Banco Central que a legitime. Assim, pretendeu resolver os problemas da inflação e da dívida externa e ao mesmo tempo ampliar as reformas estruturais que envolveram com maior ou menor intensidade a agricultura, a indústria, o sistema financeiro e as empresas estatais[2].

Diversos militares que atuaram na ditadura, no período de 1966 a 1983, foram levados a julgamento durante o governo de Alfonsín. No entanto, leis como as “Leis de Obediência Devida” exoneraram os crimes cometidos por esses militares. Inconformados com essas leis, em 1987 oficiais rebeldes chamados de “caras pintadas” se insurgiram em protesto contra as manobras políticas de Alfonsín.

“Já estamos fartos desses ditadores!”, grita um senhor argentino diante do turbulento protesto em meio aos oficiais. O presidente contém os rebeldes, mas a crise se intensifica no país. A hiperinflação causa saques em supermercados e Alfonsín decide renunciar em 1989, seis meses antes do término de seu mandato.

Seu sucessor, o neo-peronista Carlos Saul Menem, chega ao poder depois de ter governado diversas vezes a província de La Rioja que, segundo “Pino”, era uma das mais pobres da Argentina. Menem promete realizar a Revolução Produtiva, aumentar os salários e lutar pelos argentinos pobres.

As promessas reformistas de Menem são abandonadas ao longo de seu mandato. Para Solanas, o presidente governou privilegiando uma minoria liberal conservadora, liderada por Álvaro Alsogaray, um antigo oficial golpista. Desta forma, Carlos Menem traía seus eleitores. Ainda segundo Solanas, o presidente neo-peronista impõe a ideologia da derrota frente ao modelo global, concede anistia aos líderes da ditadura, abandona o anti-imperialismo popular e estabelece estreitas relações com os Estados Unidos, adotando uma política dedicada ao Banco Mundial e ao FMI.

Junto com Menem, vários líderes da diligência político-sindical traem a nação ao abdicarem dos duros anos de resistência para aceitar indenizações ou associações com grupos privados. Enquanto Menem dançava tango em seu luxuoso salão de festas, o povo argentino passava fome e sofria com o desemprego. Contando com o apoio do Tribunal de Justiça, do partido neo-peronista e das grandes corporações internacionais, o mandatário argentino detinha em suas mãos um poder inquestionável.

Durante seu governo, importantes companhias estatais foram privatizadas por preços irrisórios, a exemplo da YPF e Gás del Estado, não importando quantos eram demitidos.



Diante desse contexto de corrupção, fraude e mentiras, professores, aposentados, servidores do Estado, estudantes, trabalhadores e desempregados de todas as profissões, saem às ruas para protestar e entram em confronto com a polícia civil.

Em reação aos manifestos, o governo lança o “Plano de Convertibilidade”, o principal objetivo desse plano é abrir as importações do país. E assim, um peso equivaleria a um dólar. Como consequência imediata a inflação é reduzida, porém a indústria nacional ficaria indefesa ao concorrer com produtos estrangeiros.

Diante disso, a Argentina, antes um país exportador de produtos industriais e produtor de aproximadamente 95% do que era consumido no país, passava a importar carne, tecidos, laticínios, massas e tecidos. Apesar dos anos de aparente riqueza produzidos pelo modelo econômico de Menem, a dívida externa se tornava impagável e a população menos privilegiada, continuava a sofrer com a miséria e desnutrição.

De acordo com Fernando Solanas, o desemprego tomou conta do país. Homens e mulheres perderam seus salários, benefícios e quase todo o direito ao seguro emprego. A única saída é recorrer a empregos temporários ou aos “bicos”. O país estava mergulhado no subdesenvolvimento.

Em 1993 Menem firmou um pacto com Alfonsín, no período de sua reeleição, em troca de uma reforma constitucional que incluísse novos estatutos e um terceiro senador que favorecesse o partido Radical. Definido como “Pacto de Olivos” ou pacto de bipartidismo, o trato teve como objetivo garantir a continuação do modelo político vigente.

Para Solanas, o Radicalismo e o Peronismo ficaram sem suas essências que tornaram possível a fundação de ambos e se tornaram uma organização que serviria para beneficiar a distribuição de cargos públicos, visando seus próprios privilégios. Durante os anos presididos por Carlos Menem, o tráfico de armas, os sequestros, os assassinatos e os roubos de veículos se tornaram frequentes na Argentina. Levado a julgamento, por suposto envolvimento com contrabando de armas, Menem foi absolvido pelo Supremo Tribunal.

Após o fim do governo Menem, a política empreendida por Fernando De la Rúa e seu vice Carlos Alvarez não traria mudanças significativas para a população argentina. O novo governo continuou com a política recessiva do FMI. Reduz os salários dos funcionários públicos e aumenta os impostos. De la Rúa governa a Argentina sob uma forte repressão contra o povo, que manifesta nas ruas a insatisfação com o atual governo.

O país estava falido e os responsáveis impunes. Trabalhadores agrícolas, aposentados, estudantes, inúmeras pessoas exigiam a renúncia do presidente De la Rúa. O governante argentino tentou conter, inutilmente, os protestos, que em 20 de dezembro de 2001 tomaram as ruas de todo o país. Neste mesmo ano, Fernando De la Rúa renuncia.

A Argentina, um dos países latino-americanos que despontava como uma possível futura potência mundial, enfrentava uma crise política, econômica e social devastadora. A fome, a miséria, o desemprego e uma dívida externa de aproximadamente 170 bilhões de dólares, transformavam o país em um campo de manifestações e pannels. Após a queda de De la Rúa, a situação permaneceu crítica.



Rúa, em 2003, Néstor Kirchner é eleito presidente do país do tango. Com ele um novo capítulo da história argentina começa a ser escrito.

A película de “Pino” se restringe a documentar o contexto político da Argentina entre o período de 1983 a 2001. Dessa forma, o governo de Néstor Kirchner não é documentado. Para a produção do filme foram utilizados registros audiovisuais de acontecimentos que marcaram o país, a exemplo do pânico que se estendeu pelas ruas e bairros de Buenos Aires em 19 de dezembro de 2001 em protesto ao bloqueio de capitais e a alta do desemprego.

Sob a narração de Solanas, Memoria del Saqueo nos apresenta um país debilitado nos âmbitos social e econômico. O diretor viaja por todo o país, vai à periferia, na qual entrevista donas de casa, desempregados. Visita cidades como San Miguel de Tucumán que fica a 1200 km da capital portenha. O objetivo de Solanas é mostrar o estado de miséria que vive grande parte da população argentina. Além disso, com o intuito de tornar seu documentário legítimo e reforçar as acusações que faz ao governo de Alfonsín, Menem e De la Rúa, o diretor entrevista senadores justicialista, Luis Brunail, ex-deputado do “grupo de los 8”, grava depoimentos de jornalistas, a exemplo de Armando Vidal, cronista parlamentar do Clarín.

No grande centro econômico de Buenos Aires, a câmera de “Pino” registra em imagens coloridas, o interior dos bancos e empresas estatais que passaram por um processo, conforme Solanas, ilegítimo de privatização. A trilha sonora do documentário é composta pelas vozes de protesto da população, por músicas que criticam os parlamentares, insinuando as práticas intransigentes e corruptas de suas ações e músicas relatando a situação degradante dos filhos argentinos.

Solanas, ao finalizar o documentário, admite que após tantas crises era difícil pensar que a realidade argentina poderia mudar. No entanto, os responsáveis pelas fraudes não foram os vencedores. Conclui Fernando Solanas que nem a ditadura, nem Menem e tampouco De la Rúa conseguiram consolidar seus projetos. Dessa forma, as perdas econômicas poderiam ser recuperadas, o neoliberalismo não foi capaz de destruir todas as riquezas do país. O povo argentino foi, para Solanas, o verdadeiro vencedor, o sobrevivente disposto a lutar para reconstituir a Argentina e junto com ela sua própria vida.

Notas

[*] Graduanda em História Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/CNPq/UFS). Bolsista PIBIT/FINEP. E-mail: monica@getempo.org. Orientador: Prof. Dr. Dilton C. S. Maynard. Este texto resulta das atividades do Projeto “A cibercultura e suas apropriações pela nova extrema-direita sul-americana”, apoiado pela FAPITEC/SE através do edital 10/2009.

[1] VIANA, Francisco. *Argentina: civilização e barbárie*. São Paulo: Atual, 1990. pp. 102-103

[2] Op. Cit. p. 103

Referências Bibliográficas

VIANA, Francisco. *Argentina: civilização e barbárie*. Emir Sader (coord.). São Paulo: Atual, 1990.



SILVEIRA, María Laura. **Argentina: território e globalização**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PADRÓN, Juan Manuel. **Corporativismo y democracia: algunas considerações sobre el ideário político nacionalista, Argentina (1943-1966)**. In: SILVA, Giselda Brito (Org.); GONÇALVES, Leandro Pereira (Org.); PARADA, Maurício B. Alvarez (Org.). **História da Política Autoritária: Integralismo, Nacional Sindicalismo – Nazismo – Fascismo**. Recife: Editora da UFRPE, 2010. 410p.

Filmografia:

MEMORIA del Saqueo. Direção: Fernando “Pino” Solanas. Produção: Cinesur S.A; ADR Productions; Thelma Film AG. Lê Studio Mais Filmes, 2004. 1 filme (120 min), son, colorido.